



**ATA da Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e
Álcool do Município de São Paulo - COMUDA.**

Data: 09 de janeiro de 2023, das 14h às 17h.

Local: CREFITO-3 Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional de São Paulo
Rua Cincinato Braga, 59 - Jardim Paulista - São Paulo/SP

1. ABERTURA

2. INFORMES

3. PAUTAS

- Atividade Autogestionada - V Conferência Nacional de Saúde Mental
- GT Comunicação

DISCUSSÃO

1. ABERTURA

O presidente do Conselho **Marcos Muniz** abre a reunião. Em seguida, iniciou-se uma roda de apresentações, em que todos os presentes disseram seus nomes e as instituições que representam. A lista de presença está em anexo a esta ATA.

2. INFORMES

Não houveram informes nesta reunião.

3. PAUTAS

3.1 - 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental

Marcos Muniz fala sobre a Atividade Autogestionada “ O fortalecimento dos Conselhos Municipais de Políticas sobre Álcool e outras Drogas a partir da participação da sociedade civil” realizada em 11/12/2023. Apresenta o relatório e faz a leitura dos pontos que foram discutidos. Comenta sobre a presença dos conselhos de diferentes estados. Comunica sobre a abertura do grupo de whatsapp para troca de experiências e informações, acrescentando, ainda, que irá submeter ao CONAD enquanto uma contribuição. Marcos enfatiza a contribuição dos participantes e o quanto foram elogiados como referência na área.

Cecilia Galicio comenta sobre a participação social e seus desafios. Diz que a crise não é da política de álcool e drogas e sim da democracia, de participação social em todos os aspectos.

Cecília Motta, conselheira pelo Projeto Quixote, complementa a fala de Cecília e cita as dificuldades encontradas.

Carolina Salado enfatiza que os conselheiros estão com a oportunidade de comentar, questionar e tirar dúvidas a respeito da atividade autogestionada. Sugere a utilização do material para a realização de outros trabalhos.

Cecilia Galicio fala sobre a importância de fortalecer o conselho municipal e o que pode ser feito diante disso. Como é ano de eleição, diz que na cidade de São Paulo a corrida eleitoral já está mais ou menos definida, tendo ciência dos principais candidatos, partidos e etc. Propõe uma ação para fortalecer o próprio conselho, convidando os candidatos da Prefeitura de São Paulo para dialogar, conhecer suas propostas e enfatizar a existência do COMUDA, já que o atual prefeito desconhece a existência deste conselho. Enfatiza a importância de se anteciparem a eleição, convidando-os eventualmente para as reuniões do conselho e, para além disso, colocarem o resultado da conferência com uma pauta deste conselho. Fala que a função do conselho é dar voz a quem não pode dar voz a esta pauta. Pergunta: quem representará essas pessoas, sendo que este é o único lugar que a sociedade civil está representada? Reforça sobre o fortalecimento do COMUDA, estendendo o convite aos pré-candidatos para as reuniões do conselho.

Marcos Muniz complementa a fala da Cecília reforçando a sua sugestão de convite aos pré-candidatos às eleições, propondo um “pacto”, porém, questiona qual o compromisso dos pré-candidatos com a Conferência Municipal de Políticas de Drogas?

Claudia Longhi responde que a ideia é fazer a apresentação do relatório. Sugere que seja realizado um evento e a partir da disponibilização do material, este seja divulgado.

Marcos Muniz fala de sua frustração a respeito da cracolândia diante de toda dedicação do COMUDA frente a essa pauta. Retoma sobre o compromisso com a Secretaria de Governo de

implantar o CECCO Luz, apresentando o Dr. Ortega no GTI na frente do Suplicy, porém não se fala mais nisso, reforçando ainda mais sua frustração.

Carolina Salado acrescenta que entregaram um projeto pronto na secretaria de governo, mas não sabe quando será implantado.

Cecilia Galicio responde a Carolina que provavelmente o projeto não será implementado no ano de 2024. Em relação ao “pacto” mencionado por Marcos, comenta que mesmo diante de autoridades presentes nas reuniões, não conseguiram que alguém compactuasse em consonância com as deliberações do conselho e conferência.

Marcos Muniz responde que em relação ao CECCO, o “pacto” foi com o secretário de saúde, que concordou com a proposição deste conselho através de ofício via Ponto SEI, além do aval de todas áreas técnicas da SMS.

Claudia Longhi esclarece a todos que quem implementa o serviço é a Coordenadoria Regional de Saúde e não a Secretaria Municipal de Saúde. Reforça que este projeto está na coordenadoria.

Marcos Muniz pergunta a Claudia se o CECCO será implementado no Parque da Luz.

Claudia Longhi responde que não é viável devido ao espaço da edificação. Fala que uma equipe estará atuando nas diferentes cenas de uso da região central, tanto dentro como fora do parque.

Marcos Muniz pergunta a Claudia se chegou até eles (saúde) um projeto técnico que o Ortega solicitou em relação ao CECCO no Parque da Luz. Justifica que “baterá” com o projeto técnico da secretaria da saúde.

Claudia Longhi responde que receberam o projeto da coordenadoria de saúde, no qual fizeram algumas sugestões sobre a atuação da equipe em todo território de vulnerabilidade social, sendo usuários de substância ou não, além da atuação no CECCO.

Marcos Muniz acrescenta que enquanto conselho, a preposição construída ao longo do GT - Espaço de Uso, foi muito clara enquanto posicionamento técnico de achar que não vai funcionar ter uma equipe, um núcleo avançado, pois o objetivo de pensar (Claudia interrompe a fala).

Claudia Longhi fala que é preciso pensar em como farão isso, pois não há possibilidade de implantar no local.

Marcos Muniz responde que se trata de um equipamento municipal e pensa sobre o Teatro de Container.

Claudia Longhi - inaudível

Carolina Salado a partir do que a Claudia traz, diz que a preocupação do COMUDA (Claudia interrompe a fala)

Claudia Longhi pontua a respeito de ampliarem as formas de acesso, especificamente da população da região central.

Carolina Salado retoma a fala e expõe a sua preocupação quanto à localização. Explica que o centro esportivo é na Boracea e que o centro de uma maneira geral está com muita demanda.

Claudia Longhi comenta que quando se fala de CECCO, estão falando de pessoas em vulnerabilidades e de dificuldades de convívio.

Carolina Salado concorda com a fala de Cláudia e pergunta o que seriam esses outros espaços? Pois ela entende, de acordo com a fala da Cláudia, que a pessoa terá que ter uma referência para convivência.

Cecília Mota complementa que tem que ter uma abordagem para levar o usuário até o local.

Claudia Longhi explica que é praticamente três vezes a equipe de um CECCO (inaudível)

Carolina Salado concorda e diz que o CECCO está sucateado.

Cecilia Mota pergunta se o CECCO não tem redutor de danos para chamar o “povo”.

Marcos Muniz responde que ele acha que essa preposição que surgiu no COMUDA, no grupo de trabalho, é pensar numa intervenção de política pública que chegue na população da cracolândia que não seja só a polícia, “ tiro, porrada e bomba” (sic). Diz que foram chegando nessa formulação técnica; “olha, não é espaço de uso supervisionado, não tem legislação”. Continua dizendo que o CECCO pode ser o serviço que tem essa abrangência para todos e que foi muito debatido no plenário.

Carolina Salado complementa que o COMUDA não tem o CECCO, pois quando a equipe de abordagem vai fazer uma abordagem, o CECCO não entra dentro das opções de ofertas de serviços.

Claudia Longhi fala que já disse várias vezes (áudio inaudível)

Carolina Salado conta que estava na supervisão de equipe da Sé

Claudia Longhi interrompe a fala de Carolina e diz que se for feito um, que seja feito de forma que atenda melhor a toda essa população.

Marcos Muniz diz que o receio é que não atenda a população da cracolândia. Acredita que é sim uma demanda histórica ter um CECCO no centro, mas acha que depende muito de um movimento deste conselho de terem uma decisão política de falar: “E aí, vamos fazer?”.

Todos falam ao mesmo tempo (áudio inaudível).

Carolina Salado diz que a preocupação é o acesso. Cláudia interrompe, mas Carolina fala que gostaria de fazer uma última pergunta.

Claudia Longhi diz que no GT defendeu muito e que todos lembram muito bem, “não existe CECCO AD”.

Marcos Muniz responde que é por isso que foi falado, que todos concordaram em retirar a insígnia “AD” e que se chegou ao consenso de que se trata do “CECCO Luz”, no Parque da Luz. Reforça que está no projeto técnico que foi enviado.

Claudia Longhi reitera que é no Parque da Luz.

Marcos Muniz concorda que seja no Parque da Luz.

Carolina Salado fala que quer tirar uma dúvida.

Cecilia Mota diz que no Tabajara já teve o projeto.

Todos falam ao mesmo tempo (áudio inaudível).

Carolina Salado comenta que a Cláudia tinha comentado que era por conta da estrutura e pergunta quem fez essa avaliação que no parque não existe a possibilidade de construir algo?

Claudia Longhi responde que foram as pessoas que coordenam o serviço.

Carolina Salado pergunta quem são essas pessoas? Questiona se um técnico da coordenadoria foi até o local e disse que não seria possível fazer.

Claudia Longhi (áudio inaudível).

Carolina Salado responde que essa parte ela sabe, inclusive, disse que havia falado para o Marcos que a coordenadoria que implementa esse trabalho não tem a ver com a secretaria.

Claudia Longhi responde que é viabilidade do serviço.

Carolina Salado fala se a coordenadoria avaliou e viu que não tinha (Claudia interrompe)

Claudia Longhi explica que parece que tem uma área que não pode.

Cecilia Mota complementa a fala de Claudia dizendo que o coreto é tombado.

Carolina Salado reforça a fala de Cecília e sobre o coreto, mas que tem uma parte que seria possível. Fala que se todos quisessem, poderiam colocar uns containers, estilo o Teatro dos Containers.

Claudia Longhi fala sobre a população que frequenta (áudio inaudível)

Carolina Salado pontua como todos os outros.

Todos falam ao mesmo tempo (áudio inaudível)

Carolina Salado comenta sobre a tradição do Centro de Convivência ser nos parques e que tem um parque no centro, o Parque da Luz.

Claudia Longhi diz que quando vão implantar um serviço a população não quer. Diz, ainda, que se deparam o tempo todo com isso.

Cecília Mota enfatiza que é a população que mora no centro.

Claudia Longhi argumenta que é exatamente isso que está falando. Fala que na zona norte é um horror.

Marcos Muniz diz a Cláudia que sabe que isso já foi falado para o Ortega no conselho de participação. Fala que ali era um território hostil, onde estava o Coronel Telhada, entre outros. Diz que quando falou em montar o CECCO na região do parque, 80% dos presentes acharam interessante, não só para a cracolândia, mas para toda região central.

Carolina Salado complementa que já fizeram toda a articulação.

Claudia Longhi fala que é importante conversar com as pessoas que frequentam.

Marcos Muniz pontua que é importante conversar com as lideranças da comunidade, porque os moradores e comerciantes estavam lá (conselho de participação). Reforça que tudo isso foi falado para o Dr. Ortega.

Claudia Longhi comenta que é um começo.

Marcos Muniz concorda com a Claudia e diz que o conselho pensou em chegar (áudio inaudível).

Carolina Salado complementa que é uma referência para aquelas pessoas que estão em vulnerabilidades extremas, não que não tenha outras vulnerabilidades, pois o centro todo é cheio de vulnerabilidades. Porém, aquelas pessoas que estão ali, precisam de um lugar institucional. Fala que uma coisa é puxar uma tenda, como por exemplo o DBA, que institucionalmente não é programa de governo.

Claudia Longhi fala que depende da situação que elas (pessoas) vieram também.

Carolina Salado concorda e diz que nesse momento ali é o território delas. Insiste que a proposta é justamente para as pessoas que estão em extrema vulnerabilidade, que são as pessoas que estão no território da Luz. Reitera que a proposta tem a ver com isso e sabe tecnicamente que um CECCO for colocado ali, vai impactar muito a vida das pessoas da cracolândia. Entende que não é mágica, clínica, trabalho, reabilitação psicossocial, enfim, tudo que precisa vir e que o CECCO já faz, que já tem expertise nisso. Reforça que a indicação de ser na Luz é por conta dessas pessoas. Fala que de fato as pessoas não vão para o Tabajara, que na sua opinião, tem uma estrutura, mas não é para pessoas que estão em extrema vulnerabilidade daquele território.

Todos falam ao mesmo tempo (áudio inaudível)

Carolina Salado discorda e diz que as pessoas não vão.

Maria Izabel comenta a respeito de algumas denúncias que surgiram no SCP do Programa Redenção no final do ano. Fala que espera que consigam implementar esse serviço. Diz que o que já está acontecendo é o desmonte do CAPS IV. Questiona se já estão sabendo sobre a implementação do SCP e que já está em curso dentro do CAPS IV. Diz que houveram muitas demissões e a Rosângela que era do Boracea já está trabalhando com o gerente do CAPS IV. Informa que já tem informações que o CAPS IV vai se tornar III com a diminuição de dez leitos e que um médico que se recusou a treinar uma pessoa foi demitido em cinco dias. Faz críticas ao serviço e tem relatos que se não fizerem o que a coordenadora deseja é demitido. Alerta que é preciso prestar atenção, pois é um serviço que atende a região da cracolândia e que está tendo modificações igual ao da Boracea, já se estendendo para o centro.

Carolina Salado pergunta se o da Boracea continua e se abriram mais um SCP.

Maria Izabel responde que continua.

Todos falam ao mesmo tempo (áudio inaudível).

Isabella Lemos, Conselheira pela Coordenação de Políticas Sobre Drogas/SMDHC diz que ano passado, quando fizeram toda a vistoria no SCP, foi feito um levantamento, o qual nos primeiros três meses da implementação do SCP, com apenas nove pessoas, houve uma despesa de mais de R\$9.000,00 (por pessoa). Informa que continuaram e os números de pessoas foram aumentando, mas é um negócio caríssimo. Pontua que estão querendo colocar um CECCO dentro de um parque público.

Carolina Salado complementa a fala da Isabella, no qual referindo que é uma política pública para todos.

Isabella reforça que é uma política pública para todos, uma continuação de uma política pública que já existe.

Carolina Salado reforça que não vai custar R\$700.000,00 (em referência ao valor aproximado de gastos da Prefeitura com o SCP).

Isabella comenta que é muito importante terem esses relatos, pois podem retomar essa discussão.

Claudia Longhi fala que é preciso que todos entendam um pouco melhor e questiona a mudança de assunto.

Isabela Lemos responde que é porque se trata da cracolândia.

Claudia Longhi retoma a questão do CECCO e enfatiza que ninguém está dizendo que não haverá CECCO e que é preciso que entendam. Diz que é um processo (áudio inaudível - **todos falam ao mesmo tempo**). Retoma a fala e esclarece que há um plano e que estão em cima (secretaria) e estão pedindo para a coordenadoria fazer o projeto. Informa que reforma em parque público depende do gestor do parque.

Carolina Salado diz que ele foi consultado por Ricardo Iasi.

Claudia Longhi fala que vai ser necessário essa negociação. Reitera que a implantação do CECCO vai acontecer e que neste momento o projeto é fazer a unidade para atendimento da região da Luz e de todas as outras cenas, porém, focado no território da Luz que é onde está a cracolândia, no Parque da Luz ou em outros lugares que houver a possibilidade. Esclarece que o que não dá para ter é o equipamento inteiro.

Carolina Salado discorda de Claudia e diz que posteriormente irão conversar melhor.

Claudia Longhi diz que é necessário avaliar a estrutura física, pois não é possível colocar o usuário e o trabalhador em qualquer lugar por respeito às questões básicas humanitárias.

Carolina Salado concorda.

Claudia Longhi diz que se todos quiserem, podem pedir à coordenadoria para que na próxima reunião tenha essa negociação, pois nem tudo passa por ela. Em relação ao CECCO, reforça que o processo está acontecendo e obviamente vão brigar para que tenham mais espaços como esse na região central. Recorda que antigamente havia um discurso que no centro não precisava de CECCO por falta de população residente no local, o que a deixava muito brava, mas acredita que hoje essa discussão tenha sido superada. Retoma as questões das denúncias e quanto isso é muito grave, gostaria de pedir a **Maria Izabel** e que isso fosse formalizado através do COMUDA para que chegue até o território. Explica que não existe outro SCP dentro do CAPS IV e sim uma equipe do SCP que aborda também a população na cracolândia, coordenado pelo SEAS. Informa que já houve uma orientação quanto a isso. Acerca do CAPS IV virar CAPS III, diz que a portaria revogou o CAPS IV, não existe mais e por uma série de questões ainda não foi habilitado. Acredita que não vão conseguir habilitá-lo como III, o que não significa que isso irá mudar a forma de atuação na cracolândia. Reitera que a gestão não tem o menor interesse em recuar nesta oferta.

Marcos Muniz questiona a respeito do atendimento e dos leitos psiquiátricos (com plantonistas 24h).

Claudia Longhi responde que a princípio vai continuar do jeito que está. Explica que o município de São Paulo arca com grande parte do recurso para o custeio dos serviços.

Marcos Muniz acrescenta ao seu questionamento quanto ao CAPS IV, o fato de nos plantões noturnos, têm apenas um plantonista e muitas vezes não têm nenhum paciente ou às vezes

somente um. Reflete que é um recurso público muito importante, inclusive uma porta aberta de urgência e emergência com Psiquiatras a disposição 24hs/dia.

Carolina Salado acrescenta ser uma emergência psiquiátrica.

Claudia Longhi fala que as equipes de emergência atuam a noite e se eventualmente essa abordagem acontece a noite, nos finais de semana, por exemplo, o usuário é encaminhado para o CAPS IV, diferente do CAPS III que fica somente com as demandas internas, enfatizando que o CAPS IV é porta aberta. Reforça que urgência e emergência não é em CAPS e sim na UPA.

Cecília Motta diante da fala da Claudia, recorda que antes existia uma emergência psiquiátrica e pergunta se agora não existe mais.

Claudia Longhi diz que é importante diferenciar o papel do CAPS como um serviço ambulatorial de saúde mental e o papel de um serviço de urgência/emergência. Embora o CAPS possa atender a casos de urgência ou emergência em situações pontuais, não é sua função principal ser uma referência de urgência/emergência no território. Fala que para um serviço ser considerado de urgência/emergência, é necessário contar com uma série de retaguardas e recursos que geralmente não estão disponíveis em um serviço ambulatorial como o CAPS. Informa que o CAPS geralmente possui o mínimo necessário para oferecer um atendimento de urgência, mas não possui a estrutura completa de um serviço de urgência/emergência.

Cecilia Galicio informa que gostaria que retomassem a pauta.

Claudia Longhi pede que **Maria Izabel** faça a denúncia formalmente.

Maria Izabel diz que irá fazer, pois gostaria de ter uma resposta

Marcos Muniz informa que a denúncia pode ser formalizada pelo COMUDA.

Cecilia Galicio após a interrupção para esclarecer alguns pontos, retoma a pauta inicial que estavam discutindo. Quais seriam as atividades propostas pelo COMUDA e o que poderíamos sugerir enquanto conselho para fortalecer o próprio COMUDA? Uma sugestão que gostaria de ressaltar novamente é o convite aos pré-candidatos para que possam pactuar o que foi discutido na conferência. Além disso, diz que também precisam acompanhar de perto a implementação do CECCO. Fala que embora tenham expectativas para sua implementação até abril, mês em que tanto a coordenação executiva quanto o colegiado estarão presentes, é importante estar ciente de que pode haver atrasos. Nesse caso, comenta que será necessário deixar isso como legado para a próxima gestão do conselho, reforçando o compromisso que terão em cuidar da implementação do CECCO de acordo com a orientação da gestão anterior, pois trata-se de uma política de estado e não de governo. Também é fundamental destacar que as reivindicações são feitas pela sociedade civil, e não de forma direta aos membros do conselho que representam o governo, como no caso da Claudia. Reitera que o papel do conselho é representar os interesses da sociedade civil e trabalhar em conjunto para promover políticas que atendam às suas necessidades.

Claudia Longhi diz que a intenção foi apenas esclarecer.

Cecilia Galicio compreende o ponto de vista da Claudia. Diz que de fato, muitas vezes as políticas não dependem apenas da vontade individual, mas sim do sistema como um todo.

Esclarece que a cobrança que estão fazendo é direcionada ao sistema como um todo, visando melhorias e efetiva implementação das políticas discutidas. Quanto à denúncia do CAPS IV, concorda que talvez não seja o momento apropriado para discuti-la, pois estão focados em outra pauta neste momento. No entanto, é importante que a questão seja levantada e registrada para consideração futura. Cecília levanta um ponto interessante ao questionar quem mais tem propostas para serem pensadas dentro da pauta que acabou de ser discutida. Gostaria de ouvir as sugestões dos demais membros do COMUDA para enriquecer a discussão e as atividades futuras. Ressalta que as atividades da coordenação executiva são sempre pautadas pelo apoio do colegiado, e que todos os membros do colegiado, inclusive aqueles que não puderam participar da atividade autogestionada, tiveram participação na conferência e contribuíram de alguma forma para as discussões e decisões tomadas.

Marcos Muniz informa que a pauta está encerrada neste momento. Acredita que tenham abordado todos os pontos planejados, desde a atividade autogestionada que iniciou o debate até outras questões atuais que foram levantadas, incluindo as frustrações enquanto controle social e os encaminhamentos discutidos, como a direção do relatório para o CONAD, SENAD e CONED, além da possibilidade de convidar pré-candidatos para as próximas reuniões a fim de pactuar o que foi discutido na conferência.

Sugere um intervalo de dez minutos para que todos.

Marcos Muniz após retomar a reunião, compartilhou com todos que recentemente se reuniu com a Cecília, Carolina e Isabela para discutirem questões relacionadas ao relatório final. Durante esse encontro, Izabella explicou que tinham três entregas, sendo aquela a segunda delas. Comenta que a Coordenação de Políticas de Drogas já havia feito uma triagem inicial, mas levou algum tempo para compreender completamente do que se tratava o relatório, sua estrutura e público-alvo. Foi estabelecido que teriam até o final de dezembro para entregar a versão final do relatório. Informa que a Isabela repassou nossas (COMUDA) considerações, fez as alterações necessárias e entregou o produto final, denominado Relatório Final Três. Durante esse processo, diz que expressaram (COMUDA) a Isabela que essa elaboração deveria ser feita de forma colaborativa com a comissão organizadora, que esteve envolvida em todas as etapas do processo, a fim de garantir que suas contribuições fossem ouvidas e incorporadas. Esclarece que, de acordo com o contrato, a empresa contratada publicará 300 exemplares do relatório final. No entanto, é importante ressaltar que este não será apenas um produto finalizado apressadamente. Acredita que seja necessário refletir sobre todo o processo, seus objetivos e resultados, além da parte técnica do relatório. Comenta que a Isabela sugeriu que até o dia 10 fossem feitas as observações necessárias da comissão organizadora, para que pudessem enviar à empresa contratada e realizar os ajustes necessários, garantindo assim a qualidade dos 300 exemplares. Marcos fez questão de informar a todos que o documento foi enviado à comissão organizadora, conforme acordado. Ele ressalta que o prazo estabelecido para a resposta é até o dia 10.

Marcos Muniz dá início às apresentações dos exemplares, cada um cuidadosamente preparado e pronto para ser discutido. Convida todos a compartilharem suas opiniões.

Cecilia Galicio sugere a organização de um evento após a publicação dos impressos.

Todos estão de acordo.

Marcos Muniz considera que a gestão deste colegiado está prestes a terminar, podendo ser necessário reavaliar a viabilidade de realizar o evento em março. No entanto, concorda que este conselho tem todas as condições para garantir que o relatório seja publicado e divulgado antes desse prazo. Diz que podem trabalhar de forma diligente para assegurar que o relatório final seja preparado, revisado e publicado dentro do prazo estabelecido. Reitera que é este relatório que poderá ser usado para pressionar politicamente os pré-candidatos. Sugere que repensem a data para a próxima reunião.

Claudia Longhi comenta que mês de fevereiro terá carnaval o mês todo.

Todos estão de acordo que o mês de março está ótimo por conta das festas do mês fevereiro.

Os presentes seguem nos comentários sobre os prazos e tratativas.

3.2 - GT de Comunicação

Marcos Muniz reforça a importância de um canal de comunicação para o COMUDA, essencial para ampliar o alcance do trabalho e garantir que as atividades e informações relevantes cheguem ao público-alvo de maneira eficaz. Comenta, que, principalmente o Instagram é uma ferramenta poderosa de divulgação, especialmente para alcançar um público mais amplo. Comunica que Guilherme e ele já estão alinhados quanto a essa necessidade e estão dispostos a auxiliar o COMUDA nesse sentido. Convida todos a compartilharem suas opiniões.

Alcione Moreno, Conselheira pela Fundação Porta Aberta, comenta que a partir dessa pauta poderia sair o GT.

Marcos Muniz concorda.

Cecilia Galicio opina sobre a pauta e acredita que não existe outra forma de fazer uma comunicação, por exemplo, com usuários, que não seja a partir das redes sociais. Está disposta a fazer parte do Grupo de Trabalho (GT) para realizar as revisões nos textos e abordar quaisquer questões que surgirem durante o processo. Reforça ser uma comunicação institucional e quem responderá será a Coordenação Executiva e não a Secretaria de Direitos Humanos.

Carolina Salado diz que compreende, porém, que eles não têm tempo, pois o COMUDA demanda muito deles. Acredita que eles devem trabalhar juntos, sempre alinhando a comunicação. Informa que poderá compor o GT e pede sugestão ao plenário.

Marcos Muniz retoma que é uma página institucional e a gestão é de dois anos. Acredita que toda postagem, independente da gestão do COMUDA, tem que passar pela gestão primeiro.

Marcos Muniz diz que é compreensível que certas questões, mesmo não estando oficialmente na pauta, sejam tão relevantes e urgentes que precisam ser abordadas. Menciona a situação envolvendo o Padre Júlio Lancellotti que demanda atenção e manifestação como conselheiros.

Os presentes seguem nos comentários sobre o Padre Júlio Lancellotti até o final da reunião, encerrada pelo Presidente **Marcos Muniz**.